

TRABALHO, FAVOR, VIOLÊNCIA E HERANÇA: UMA LEITURA DE “O ENFERMEIRO”

LABOR, FAVOR, VIOLENCE AND HERITAGE: A READING OF “O ENFERMEIRO”

Rodrigo César Dias¹

Resumo: O presente artigo propõe uma leitura do conto “O enfermeiro”, de Machado de Assis, orientada pelo questionamento acerca das representações do trabalho no texto, abrangendo-se a relação entre indivíduos de classes ou estamentos sociais diversos. Para tanto, dedica-se especial atenção para a violência das relações e para as dinâmicas econômicas representadas no trecho, bem como para o modo como a matéria brasileira é formalizada por meio do discurso do narrador.

Palavras-chave: “O enfermeiro”. Machado de Assis. Trabalho. Favor.

Abstract: This paper aims to accomplish a reading of the short story “O enfermeiro”, written by Machado de Assis, oriented by the questioning about the representation of the labor in the text, comprehending the relationship between individuals from different social classes or estaments. To this purpose, it is paid special attention to the violence of the relations and to the economical dynamics represented in the plot, as well as to the way Brazilian matter is formalized through the narrator's discourse.

Keywords: “O enfermeiro”. Machado de Assis. Labor. Favor.

Considerações iniciais

No ensaio “Ideias fora do lugar”, Roberto Schwarz esquematiza a sociedade brasileira do Segundo Império em três classes, quais sejam, latifundiários, “homens livres” – mas dependentes – e escravos, voltando sua atenção para o grupo intermediário, que dependeria “materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande” (SCHWARZ, 2000, p. 16, grifo do autor). Assim, em sua leitura, o favor é alçado ao patamar de “mediação quase universal” no que toca à experiência brasileira, constituindo um nexos mais “simpático” que o escravista e, por conseguinte, servindo como base para a interpretação do Brasil empreendida pelos escritores (SCHWARZ, 2000, p. 16-17).

Esse argumento é tributário do estudo de Maria Sílvia de Carvalho Franco, intitulado *Homens livres na ordem escravocrata*, no qual a autora empreende uma análise antropológica acerca do lugar do homem pobre e livre no Segundo Reinado, tomando como objeto as relações comunitárias da população de Guaratinguetá, em São Paulo, no final do século XIX.

¹ Mestrando em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rodrigocezardias@gmail.com

Desse modo, Schwarz redimensiona a hipótese de Carvalho Franco – cujo escopo é a população rural de uma cidade do interior de São Paulo – para uma leitura do Brasil como conjunto.

Jessé Souza, por sua vez, apresenta uma perspectiva alternativa a respeito da formação social brasileira em seu artigo “A gramática social da desigualdade brasileira”, por meio do qual intenta demonstrar como

a naturalização da desigualdade social e a consequente produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do século XIX (SOUZA, 2004, p. 79-80).

Desse modo, o autor afirma que, ao invés de ser “personalista”, “nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna na medida em que é vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação ‘de fora para dentro’” (SOUZA, 2004, p. 80).

Partindo desse imbróglio teórico, o presente trabalho propõe uma análise do conto “O enfermeiro”, de Machado de Assis, orientada pelo questionamento acerca das representações do trabalho no texto, buscando esquadriñar como se dá a relação entre indivíduos de classes ou estamentos sociais diversos. Para tanto, dedica-se especial atenção para a violência das relações e para as dinâmicas econômicas representadas no trecho, bem como para o modo como a matéria brasileira é formalizada por meio do discurso do narrador. Serão levadas em conta, ainda, possíveis ressonâncias de temáticas e procedimentos formais na obra do autor, com destaque para o romance *Quincas Borba*, publicado de forma seriada no jornal *A Estação*, no período entre 1886 e 1891, e sendo recolhido em volume no mesmo ano em que foi concluído.

De enfermeiro a proprietário

O conto “O enfermeiro”, que integra a coletânea *Várias histórias*, publicada em 1896, foi originalmente veiculado na *Gazeta de Notícias* em 13/07/1884, então intitulado “Cousas íntimas”. Em síntese, o texto nos apresenta um trecho da vida de Procópio Valongo, homem de posses que revela como se deu sua ascensão social de agregado a herdeiro de um violento coronel para quem serviu como enfermeiro. Nos primeiros dois parágrafos, o narrador situa a dinâmica de interlocução que organiza o texto, que consistiria no relato escrito de um velho moribundo a um sujeito que supostamente seria alguém que teria

condições de transpor a narrativa para uma “página de livro”. No decorrer do conto, veremos que o relato se metamorfoseia em confissão, pois Valongo revela ter assassinado o coronel Felisberto.

Conforme a leitura de Antônio Sanseverino, “a confissão de um crime feita por um velho, como acontecia em Edgar Allan Poe, ganha a dimensão da luta de morte em que o homem livre é reduzido à condição dramática de quase escravo, e explode, e luta, e mata, mas aqui é contemplado com a herança” (SANSEVERINO, 2010, p. 129). Seguindo por essa senda, o autor ainda ressalta o vínculo mantido pelo conto de Machado com a prosa de Poe, mais especificamente com o texto “O barril de amontillado”, “na medida em que mostra a potência violenta e criminoso que pode estar escondida em um velho aparentemente pacato” (SANSEVERINO, 2010, p. 129).

Mantendo o paralelo com o conto de Poe, vislumbramos também uma espécie de gozo da vingança que só poderia se realizar plenamente quando da publicação da impunidade, como podemos observar no primeiro parágrafo de “O barril de amontillado”:

Eu sempre suportara os mil insultos de Fortunato o melhor que podia, mas quando começou com ofensas, jurei vingança. Vocês, que tão bem conhecem a natureza de minha alma, não irão supor, no entanto que eu tenha proferido qualquer ameaça. Eu teria minha vingança, mas *a longo prazo*; esta era uma decisão definitivamente estabelecida dentro de meu espírito – porém, a própria firmeza com que tinha sido tomada afastava a ideia de assumir qualquer risco. Eu não somente devia punir, mas punir com impunidade. Um insulto não é vingado quando alguma espécie de castigo recai sobre aquele que se vinga. Tampouco é vingado quando o vingador não se dá a conhecer como tal àquele que lhe fez mal (POE, 2009, p. 162, grifo do autor).

Também podemos estabelecer um cotejo entre “O enfermeiro” e *Quincas Borba* se compararmos as trajetórias de Procópio e Rubião. Ambos os personagens exercem a função de enfermeiro na província, e ambos herdaram todos os bens de seus antigos patrões. Apesar da relação aparentemente amistosa entre Quincas Borba e Rubião, ela também é permeada pela violência, demarcando bem a posição subserviente deste em relação àquele. Antes de investirmos nesses paralelos possíveis, porém, faz-se necessário reconstituir a experiência de trabalho e dependência estabelecida entre Valongo e Felisberto no conto.

A narração do episódio concentra-se no ano de 1860, tendo o seguinte introito: “no ano anterior, ali pelo mês de agosto, tendo eu quarenta e dois anos, fiz-me teólogo, – quero dizer, copiava os estudos de teologia de um padre de Niterói, antigo companheiro de colégio, que assim me dava, *delicadamente*, casa, cama e mesa” (ASSIS, 1957, p. 153-154, grifo meu). Nesse breve trecho, podemos ver o uso do advérbio “delicadamente” como um possível indício de que a subsistência de Valongo era devida mais a uma cortesia por parte de seu ex-

colega do que pela contraprestação de seus serviços de copista. Além disso, já vislumbramos alguma malícia narrativa de Procópio, sinalizando uma tendência para a distorção do relato a partir de sua “autopromoção” chistosa de copista para teólogo.

Essa ocupação viria a ser substituída pelo ofício de enfermeiro, ao qual ele seria indicado pelo padre nos seguintes termos:

naquele mês de agosto de 1859, recebeu ele [o padre] uma carta de um vigário de certa vila do interior perguntando se conhecia pessoa entendida, discreta e paciente, que quisesse ir servir de enfermeiro ao coronel Felisberto, mediante um bom ordenado. O padre falou-me, aceitei com ambas as mãos, estava já enfiado de copiar citações latinas e fórmulas eclesiásticas (ASSIS, 1957, p. 154).

Essa situação inicial já nos possibilita observar alguns traços da constituição de Valongo que, aos quarenta e dois anos, dependia dos favores de um padre que fora seu colega de colégio. A fragilidade de sua posição é, conseqüentemente, ressaltada por meio do contraste entre ele e o padre no que se refere ao acesso aos meios de vida, tendo em vista que ambos provavelmente possuíam extração social semelhante.

Se recorrermos à primeira versão do conto, publicada no jornal, temos detalhes sobre a trajetória de Valongo no que diz respeito à sua relação com o trabalho que, apesar de terem sido suprimidos na versão final, podem incrementar o seu autorretrato:

no ano anterior, ali pelo mês de agosto, tendo eu quarenta e dois anos, apareceu-me um emprego. Creio que era o quadragésimo. Eu, desde que deixei (por vadio) o curso de medicina, no segundo ano, fui todas as cousas deste mundo, entre outras, procurador de causas, mascate da roça, cambista, boticário e ultimamente era teólogo [...] (ASSIS, 1884, p. 1).

Com isso, o narrador descrevia a si mesmo como um sujeito inconstante, que não terminara sua formação no ensino superior (embora tenha tido acesso a ela) e que já exercera toda sorte de ofício sem, contudo, acumular aparentemente quaisquer economias.

Chegando à vila onde viria a exercer seu novo ofício, o futuro enfermeiro tem más notícias acerca da personalidade difícil do coronel, que “era homem insuportável, estúrdio, exigente, ninguém o aturava, nem os próprios amigos. Gastava mais enfermeiros do que remédios. A dois deles quebrou a cara” (ASSIS, 1957, p. 154). No primeiro contato estabelecido entre eles, Felisberto estranha o nome de Valongo, que não lhe parecia nome de gente, decidindo chamar-lhe apenas Procópio. Talvez esse seja o primeiro lampejo de arbítrio do coronel para com seu novo – e último – enfermeiro, que tem seu sobrenome deslegitimado como tal. Aparentemente, Felisberto não estabelece uma relação entre o nome do novo empregado e o mercado de escravos homônimo; ainda assim, não parece fortuita a utilização

do nome Valongo no conto para ilustrar a condição de semiescravidão vivida pelo personagem.

Após os primeiros dias de uma convivência relativamente tranquila, Valongo começa a padecer com as impertinências e injúrias do coronel, tendo sua paciência esgotada em três meses. O estopim para seu primeiro ensaio de demissão foi a ocasião em que sofreu “duas ou três bengaladas” do coronel. Demitindo-se no ato, o enfermeiro foi para seu quarto aprontar sua mala, sendo seguido por Felisberto, que instou – quase implorando – para que ele ficasse, no que acabou sendo atendido.

– Estou na dependura, Procópio, dizia-me ele à noite; não posso viver muito tempo. Estou aqui, estou na cova. Você há de ir ao meu enterro, Procópio; não o dispense por nada. Há de ir, há de rezar ao pé da minha sepultura. Se não for, acrescentou rindo, eu voltarei de noite para lhe puxar as pernas. Você crê em almas de outro mundo, Procópio?

– Qual o quê!

– E por que é que não há de crer, *seu burro*? Redarguiu vivamente, arregalando os olhos.

Eram assim as pazes; imagine a guerra (ASSIS, 1957, p. 156-157, grifo do autor).

Desse modo, a convivência retorna à violência de costume, exceto pelas bengaladas, que não viriam a se repetir. Cabe destacar nessa sucessão de cenas que há uma complexificação da relação de dependência entre os dois personagens: Procópio decide não mais se submeter ao arbítrio de seu empregador e se demite, ao passo que o coronel se coloca em um lugar de fragilidade – ao menos por alguns instantes. Há um ajustamento em que Procópio acaba continuando a suportar as injúrias do proprietário que, por sua vez, abdica do “direito” de agredir fisicamente seu empregado. Subjaz, ainda, na assertiva de que Felisberto não dispensaria Procópio por nada, nem após sua morte, uma relação de propriedade do patrão para com o empregado que parece ser calcada no paradigma da escravidão.

Depois do ocorrido, mais de uma vez o enfermeiro teria resolvido sair, desistindo de seus planos em razão dos protestos do vigário. Junto ao descontentamento decorrente dos insultos constantes de que era alvo, pesava também nesse desejo de partir a ânsia que Procópio tinha de retornar a Corte por conta do isolamento que experienciava na província. Nessa altura do conto, em que o estado de saúde do coronel começava a se agravar, Valongo revela outro aspecto de sua relação de trabalho, agora no que diz respeito à remuneração: “bom é dizer (visto que faço uma confissão geral) que, nada gastando e tendo guardado integralmente os ordenados, estava ansioso por vir dissipá-los aqui [na Corte]” (ASSIS, 1957, p. 158).

Por meio dessa afirmação, podemos concluir que Valongo vivia uma experiência em que conjugava papéis de agregado e trabalhador assalariado. Vivia nas dependências do proprietário sem arcar gastos com sua subsistência, podendo guardar integralmente seus ordenados – o que talvez tenha sido mais motivado pela falta de um comércio local desenvolvido na vila em que estava estabelecido do que por alguma tendência para a economia. Ainda assim, recebia seus ordenados e, além disso, pretendia dissipá-los na Corte: dissipá-los, não investi-los ou sequer imobilizá-los em propriedade, o que ilustra a falta de uma lógica de acúmulo de capital por parte de Procópio.

Não suportando mais as condições de trabalho, recrudescidas por conta da piora de saúde do coronel, Valongo resolve deixar o trabalho no princípio de agosto de 1860, concedendo um mês para o vigário encontrar um substituto. Entretanto, evocando suas palavras, “na noite de vinte e quatro de agosto, o coronel teve um acesso de raiva, atropelou-me, disse-me muito nome cru, ameaçou-me de um tiro, e acabou atirando-me um prato de mingau, que achou frio; o prato foi cair na parede, onde se fez em pedaços” (ASSIS, 1957, p. 158). Após o rompante, seguido por muitos resmungos, o coronel dormiu; Valongo, que precisava administrar-lhe um remédio à meia-noite, pôs-se a ler um romance no mesmo quarto, a pequena distância da cama, acabando também por adormecer. Armado por essa situação, temos o ponto de inflexão do conto:

Acordei aos gritos do coronel, e levantei-me estremunhado. Ele, que parecia delirar, continuou nos mesmos gritos, e acabou por lançar mão da moringa e arremessá-la contra mim. Não tive tempo de desviar-me; a moringa bateu-me na face esquerda, e tal foi a dor que não vi mais nada; atirei-me ao doente, pus-lhe as mãos no pescoço, lutamos, e esganei-o (ASSIS, 1957, p. 159).

A partir desse evento, o texto toma uma nova feição, centrando-se no contraponto entre o medo sentido por Valongo, que pensava que seria descoberto a qualquer momento, e a indiferença dos indivíduos que o cercavam, os quais atribuíam a morte do coronel a causas naturais, haja vista seu estado de saúde debilitado. Com isso, o medo que Procópio tinha de ser descoberto foi confundido pelos demais como padecimento ou tristeza. Após o enterro, Valongo retornou para o Rio de Janeiro, ainda que não conseguisse afastar o fantasma do crime perpetrado. Como espécie de tentativa de compensação, o ex-enfermeiro elogiava o finado, buscando iludir-se a si mesmo da benevolência do coronel; além disso, mesmo não sendo religioso, mandou rezar missas para o seu descanso.

No entanto, uma semana após sua chegada à Corte, Procópio recebe uma correspondência do vigário o informando que ele era o herdeiro universal do coronel. Primeiramente, ele pensa que poderia se tratar de uma cilada, suposição que logo lhe pareceu

inverossímil; em seguida, pensou em recusar a herança, o que poderia levantar alguma suspeita, encaminhando-o para uma resolução relativamente estável, um “meio termo”: “receberia a herança e dá-la-ia toda, aos bocados e às escondidas” (ASSIS, 1957, p. 165).

A caminho da vila para formalizar o recebimento do espólio, Procópio recordava-se do evento:

A imaginação ia reproduzindo as palavras, os gestos, toda a noite horrenda do crime...

Crime ou luta? Realmente foi uma luta em que eu, atacado, defendi-me, e na defesa... Foi uma luta desgraçada, uma fatalidade. Fixei-me nessa ideia. E balanceava os agravos, punha no ativo as pancadas, as injúrias... Não era culpa do coronel, bem o sabia, era da moléstia, que o tornava assim rabugento e até mau... Mas eu perdoava tudo, tudo... O pior foi a fatalidade daquela noite... Considerei também que o coronel não podia viver muito mais; estava por pouco; ele mesmo sentia e dizia. Viveria quanto? Duas semanas, ou uma; pode ser até que menos. Já não era vida, era um molambo de vida, se isto mesmo se podia chamar ao padecer contínuo do pobre homem... E quem sabe mesmo se a luta e a morte não foram apenas coincidentes? Podia ser, era até o mais provável; não foi outra cousa. Fixei-me também nessa ideia... (ASSIS, 1957, p. 165-166).

Esse parágrafo condensa o esforço de Procópio em absolver-se diante de si mesmo e do interlocutor que pode vir a publicar sua vida. O crime torna-se luta contra um coronel inocente tornado mau pela moléstia que o afligia. Ademais, o coronel Felisberto não viveria muito e, por conta de seu estado de saúde, não teria necessariamente vida, mas um molambo de vida; assim, de crime, o assassinato do coronel é transmutado em quase um ato de misericórdia.

É preciso atentar que esse trecho também apresenta uma “contabilidade dos agravos” em que Procópio pesa as injúrias e agressões que sofrera como meio de justificar sua reação violenta. Essa sensação é reforçada quando Procópio, interpelado pelas pessoas da vila, ouvia relatos de ações perversas e cruéis do coronel, o que lhe proporcionava um prazer íntimo, caracterizado por ele como uma “tênia moral”. Assim, o narrador parece imputar uma dimensão de justiça ou reparação em seu ato.

Fazendo-se espectador dessa “malhação de Judas”, Valongo consegue exorcizar as sombras que o perseguiram na vila e o medo de que seu crime fosse descoberto. Com isso, ele restringiu o plano inicial de doar integralmente a herança, reservando uma quantia menor para esse destino, que se dividiu entre doações aos pobres, à matriz da vila, à Santa Casa de Misericórdia, entre outros, contando também com um túmulo de mármore para o coronel. O conto se encerra, pois, com a despedida do narrador ao interlocutor em que Procópio reassume, por meio de uma dinâmica de duplicidade, o lugar do coronel, do proprietário moribundo que lega algo – neste caso, sua confissão – a outrem.

Favor e mercado de trabalho na ordem escravocrata

A leitura de “O enfermeiro” nos apresenta um protagonista agregado e assalariado que pretendia abandonar seu trabalho para dissipar seus ordenados na Corte. A pretensão de dissipar ordenados pressupõe um mercado interno já estabelecido – ao menos na “cidade grande” –, o que pressupõe, por sua vez, a possibilidade de o indivíduo livre oferecer sua força de trabalho em troca de remuneração. Revisando as profissões de Valongo mencionadas na primeira versão do conto – procurador de causas, mascate da roça, cambista, boticário e, por último, enfermeiro –, observamos uma gama de ofícios possíveis que, ainda que tragam subjacente a lógica do favor, sinalizam um mercado de trabalho e uma dinâmica comercial intensa já em funcionamento nos anos 1860. O jornal ao qual Valongo não tem acesso na província, por exemplo, demanda todo um processo produtivo que mobiliza o trabalho de homens livres – tipógrafos, redatores, cronistas etc.

Conforme a perspectiva de Roberto Schwarz, todavia, essas profissões também estariam submetidas ao “governo” do favor:

com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele (SCHWARZ, 2000, p. 16).

Entretanto, levando em conta que o favor torna-se mais abstrato à medida que se afasta do meio rural, cabe pensar em quão essencializadora pode ser essa hipótese. Encaminhando-se para o desfecho do ensaio “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”, Luiz Felipe de Alencastro retrata um universo social semelhante ao descrito por Schwarz – que, inclusive é referido por Alencastro quando este menciona o “favor” –; contudo, o autor apresenta um ponto de inflexão nesse esquema social representado pela imigração portuguesa:

Decerto existiam, na cidade como no campo, brasileiros brancos, livres e pobres. Mas a sua maior parte se constituía de “agregados”, “moradores”, “afilhados” – “clientes” no sentido romano do termo – incorporados a cada uma das famílias de proprietários por laços parafamiliares, pela ideologia do favor e, frequentemente, pelo seu estatuto de “votantes” nas eleições. *Com a chegada dos imigrantes portugueses e o refluxo do cativo urbano, emerge uma camada social cuja estratificação tinha sido retardada pela escravidão urbana: os proletários.* A descoberta dessa realidade provocará surpresa na capital, tanto entre os brasileiros quanto entre os portugueses já estabelecidos (ALENCASTRO, 1988, p. 50, grifo meu).

A mão-de-obra assalariada dos imigrantes portugueses iria, inclusive, influenciar o tráfico interno de escravos, como podemos observar na seguinte passagem:

Nos anos imediatamente posteriores à supressão definitiva do tráfico, a chegada de proletários estrangeiros e a consequente queda dos salários induz os proprietários de escravos urbanos – especialmente daqueles que não têm qualificações ou "ofícios" – a vender esses cativos aos proprietários rurais (ALENCASTRO, 1988, p. 39).

Assim, há toda uma dinâmica econômica e social que insinua uma complexidade não totalmente abarcável pelo favor, haja vista que o trabalho assalariado, embora possa estar submetido a suas engrenagens, não escapa de contemplar minimamente uma dinâmica de competição entre indivíduos que oferecem sua força de trabalho como mercadoria.

Considerando que o favor pode ser tomado como um desdobramento teórico da *cordialidade* conforme a interpretação de Brasil desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda, penso que a crítica de Jessé Souza à leitura deste autor possa ser mobilizada para tensionar o modelo de Schwarz:

O homem cordial é definido como o brasileiro de todas as classes, uma forma específica de ser gente humana, que tem sua vertente tanto intersubjetiva, na noção de personalismo, como institucional, na noção de patrimonialismo. Para os meus objetivos, no entanto, o fundamental é que essa ideologia explícita se articula com o componente implícito da “ideologia espontânea” das práticas institucionais importadas e operantes também na modernidade periférica, construindo um contexto extraordinário de obscurecimento das causas da desigualdade, seja para os privilegiados, seja, e muito especialmente, para as vítimas desse processo, com consequências para a reflexão teórica e para a prática política (SOUZA, 2004, p. 94).

Assim, acredito que o favor possa ser um nexos relevante para uma explicação da sociedade brasileira do Segundo Reinado, liberal e escravocrata, ainda que esse modelo não esgote as relações produtivas nem as relações de sociabilidade possíveis. Ao tratar da “ideologia espontânea do capitalismo”, Souza esclarece o uso do termo “ideologia” como um indicativo de que

tanto o mercado como o Estado são perpassados por hierarquias valorativas implícitas e opacas à consciência cotidiana, cuja naturalização, que a transveste de “neutra” e “meritocrática”, é responsável pela legitimação da ordem social que essas instituições atualizam (SOUZA, 2004, p. 81).

Com isso, o gesto de alçar o favor como mediação quase universal da experiência brasileira do Oitocentos encerra o risco de se transmutar esquema em descrição, solapando a complexidade e a pluralidade das dinâmicas econômicas em jogo no período, possibilitando, inclusive, a diluição da responsabilidade das elites ao se pensar o favor como uma prática generalizada e entranhada culturalmente responsável pela produção e manutenção de

desigualdade social. Não devemos esquecer que o tráfico de influências, o filhotismo e a corrupção não são exclusividade nossa, mas práticas muito bem integradas no sistema de produção capitalista.

Considerações finais

A carta de Procópio Valongo endereçada ao “senhor” que a poderia transpor para as páginas de um livro é proteica: carta, testamento, confissão, “contabilidade de agravos” e defesa jurídica. O texto se apresenta por meio de ambivalências como o trabalho-favor e a legítima defesa-assassinato, constituindo um relato manejado com destreza por um narrador que se reveste por uma fachada de objetividade e de quase mediocridade:

Adeus, meu caro senhor, leia isto e queira-me bem; perdoe-me o que lhe parecer mau, e não maltrate muito a arruda, se lhe não cheira a rosas. Pediu-me um documento humano, ei-lo aqui. Não me peça também o império do Grão-Mogol, nem a fotografia dos Macabeus; peça, porém, os meus sapatos de defunto e não os dou a ninguém mais (ASSIS, 1957, p. 153).

Ao tratar de sua experiência de delírio, em que ouvia vozes lhe acusando pelo assassinato, o narrador vai além: adverte ao interlocutor que não se tratavam de imagens nem estilo, mas um delírio. Ainda que em menor proporção, essa capacidade de racionalização do não racional clamada por Procópio o insere em uma espécie de tradição de narração da própria alucinação que teria sido inaugurada por Brás Cubas – segundo o defunto-autor. Podemos considerar, pois, que há uma constante oscilação da distância estética no relato, operada pelas incursões do narrador que visam defender o caráter verídico de seu relato em meio ao delírio e à subjetivação extrema que opera a relativização entre crime, fatalidade e, em última análise, ato misericordioso.

No que se refere ao trabalho, podemos partir de uma especulação acerca da mudança de título. Por meio da leitura do conto, “Cousas íntimas” enfeixa uma carga de publicação do íntimo, desvendado pela confissão; a opção por “O enfermeiro”, contudo, supostamente desloca a ótica do narrador (que confessa as “cousas íntimas”) para um olhar de fora que o caracteriza como objeto – o olhar do “senhor” a quem o relato se destina, por exemplo. Além disso, esse título organiza o texto a partir de uma profissão que ao mesmo tempo não era uma profissão propriamente regulamentada, visto que a enfermagem moderna só viria a se consolidar no Brasil nos anos 1920.²

² Conforme Carvalho (1986).

Retomando o paralelo com *Quincas Borba* sugerido no início desta análise, podemos explorar os pontos de contraste entre ambos os textos. No romance, Rubião, um provinciano que é feito capitalista em decorrência da herança recebida, vai para a Corte e sucumbe, dilapidando sua fortuna por conta de sua ingenuidade e, sobretudo, de sua vaidade, sustentando um conjunto de parasitas sociais. Valongo, entretanto, parece ter conseguido administrar seu capital, visto que, ao final de sua vida, mantém ainda o status de homem de posses. Além de administrar o capital, Valongo consegue administrar a sua narrativa, tal como outros narradores-proprietários machadianos como Brás Cubas e Bento Santiago, o que contrasta novamente com a figura de Rubião, que, sendo objeto central de *Quincas Borba*, é submetido a um narrador que não se identifica com o personagem.

Desse modo, temos em “O enfermeiro” mais um narrador proprietário machadiano que conta a sua história a partir de uma posição elevada, lançando mão de uma narrativa melíflua que se pretende real. *A luta de morte*³ que estrutura o trecho é duplicada na forma do conto, em que o narrador busca suprimir o leitor por meio de sua prosa supostamente humilde e verídica: “não creia que esteja fazendo imagens nem estilo” (ASSIS, 1957, p. 160), solicita Valongo ao narrar seu delírio, bordão que reverbera ao longo do conto.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-1870. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, pp. 30-56, Jul. 1988. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/55/20080623_escravos_e_proletarios.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Várias histórias*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1957.
- _____. Cousas íntimas. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jul. 1884.
- CARVALHO, Amália Correia de. Associação Brasileira de Enfermagem: 1926-1986. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v. 39, n. 1, p. 7-12, Jan./Mar. 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v39n1/v39n1a02.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed.. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- PASTA JR., José Antônio. O romance de Rosa: temas do *Grande sertão* e do Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 55, p. 61-70, Nov. 1999. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/89/20080627_o_romance_de_rosa.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

³ Ver Pasta Jr. (1999).

POE, Edgar Allan. “O barril de amontillado”. In: *A carta roubada e outras histórias de crime & mistério*. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira. “O espelho”: metafísica da escravidão moderna. *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 13, p. 104-131, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/download/64087/66794>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor, as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, Fev. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

Artigo recebido em: 13/06/17
Artigo aceito em: 19/07/17